

A DIALECTOLOGIA NO BRASIL: PERSPECTIVAS
(Brazilian Dialectology: Perspectives)

Suzana Alice Marcelino CARDOSO (*Universidade Federal da Bahia*)

ABSTRACT: This paper presents an overview of the dialectological studies in Brazil and the current perspectives of that field of linguistic investigation. The article also discusses the development of Brazilian geolinguistic studies. It is given information of the five already published linguistic atlases and the other six still in course. Finally the paper presents the Atlas Lingüístico do Brasil project, describing its methodology and giving an account of the present stage of the research.

KEY WORDS: Dialectology; Geolinguistics; Variation.

PALAVRAS-CHAVE: Dialectologia; Geolingüística; Variação.

Neste artigo sobre os caminhos da Dialectologia no Brasil, apresento um breve histórico dos estudos dialetais, detendo-me, particularmente, nos últimos cinquenta anos, examino os avanços no campo da Geolingüística e, por fim, trato do projeto atlas lingüístico do Brasil.

0. À Guisa de Introdução

A diversidade de usos entre o português brasileiro e o português europeu, ainda que não sistematicamente estudada, foi reconhecida desde, pelo menos, o século XVIII. Testemunho de tal preocupação são as referências de D Jerônimo Contador de Argote a dialetos ultramarinos dentre os quais citava o do Brasil, caracterizando o seu léxico como possuidor de *'muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo'* (1725:300). A esse dado, acrescentam-se as observações de Frei Luís do Monte Carmelo (1767: 128) que, pela primeira vez, chamou a atenção para um traço fonético do português falado no Brasil ao assinalar, de referência à vogal *a*, que não se fazia a distinção entre as pretônicas abertas, como em *'pàdeiro, prègar, còrar'* e as fechadas, como em *'cadeira, pregar, morar'*. Em começos do século XVIII, Jerónimo Soares Barbosa (1830: 31; 51; 52), além de destacar o mesmo fato para o qual chamara a atenção Monte Carmelo, informa, na sua gramática, que os brasileiros dizem *'minino'*, *'mi deu'* e que também não chamam o *-s* implorativo.

Ao lado das referências existentes em obras voltadas para a análise da língua, convém assinalar, como o faz Teyssier (1982:77), as características apresentadas nas falas de personagens brasileiros do teatro português do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX, como mostras do reconhecimento da diversidade de usos que se apresentava e para a qual já se havia despertado.

Estas informações buscadas ao longo do tempo e recuadas ao terceiro século de vida da nova terra visam, apenas, a chamar a atenção para o processo de dialetação que se vinha, gradativamente, instalando, diferenciação essa que no curso da história tem delineado os limites e deixado transparentes a variação ao seu interior e no seu confronto com a realidade do português europeu.

1. Breve Retrospectiva

A primeira manifestação, porém, que se pode caracterizar de natureza dialetal sobre o português do Brasil deve-se a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, que escreveu, em 1926, quando ministro plenipotenciário do Brasil na França e a pedido do geógrafo vêneta Adrien Balbi, um informe sobre *'les différences que le dialecte brésilien pourrait présenter, comparé à la langue du Portugal'* o qual vem inserido às páginas 172-175 da *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe*. Trata-se de uma lista de palavras que apresenta um rol de oito nomes que mudam de significação e outro de cinquenta nomes usados exclusivamente no Brasil.

A partir de então, costuma-se considerar iniciada a história dos estudos dialetais no Brasil para a qual Ferreira & Cardoso (1984:37-62) atribuem três diferentes etapas, reformulando, assim, a periodização proposta por Nascentes (1953) que estabelece apenas duas grandes fases. A formulação tripartida, apresentada pelas autoras, tem como base, como se verá a seguir, identificar e demarcar as três diferentes tendências dominantes em cada uma das épocas identificadas.

1.1. Primeira Fase

A primeira fase recobre um século e estende-se de 1826 a 1920, data da publicação de *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral. Os trabalhos produzidos direcionam-se para o estudo do léxico e de suas especificidades no português do Brasil. São dicionários, vocabulários e léxicos regionais, dentre os quais e

a título de ilustração podem ser citados os seguintes: *Dicionário da língua brasileira*, 1832, de Luís Maria Silva Pinto, que se constitui num dicionário do português com a introdução de formas próprias do Brasil; *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, 1853, de Brás da Costa Rubim, obra de caráter geral; *Glossário de vocábulos brasileiros, tanto dos derivados como daqueles cuja origem é ignorada*, publicado pelo Visconde de Beaurepaire-Rohan na *Gazeta Literária*, de 1883 a 1884, que foi, posteriormente, em 1889, transformado no *Dicionário de vocábulos brasileiros*; *A linguagem popular amazônica*, 1884, de Macedo Soares, contendo um glossário de cerca de cento e vinte palavras de origem tupi em uso na Amazônia; *O tupi na geografia nacional*, 1901, obra de Theodoro Sampaio que se detém na contribuição das línguas tupis ao português do Brasil; *Glossário paraense*, 1905, com o subtítulo *Coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à Ilha de Marajó*, de Vicente Chermont de Miranda que declara, no prefácio da obra, fazer ela parte de um trabalho mais amplo, *A criação de Gado no Marajó*; *Apostilas ao dicionário de vocábulos brasileiros*, 1912, de P. Carlos Teschauer; *Dicionário de brasileirismos*, 1912, de Rodolfo Garcia.

Integrando esse conjunto de obras de caráter lexicográfico, constituído, basicamente, de glossários ou dicionários, que imprimem o tom da primeira fase, encontra-se um primeiro estudo de natureza mais ampla e de cunho gramatical, *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*, escrito pelo brasileiro José Jorge Paranhos da Silva (1879) que trata dos diferentes aspectos da variação do português do Brasil *versus* o português de Portugal e faz na sua obra sugestiva dedicatória:

Aos moços que, se tendo ido formar em Coimbra, dizem que querem outra vez ser considerados como nascidos no Brasil, offereço esta comparação da nossa maneira de falar com a dos actuaes Portuguezes.

1.2. Segunda Fase

Inicia-se com a publicação de *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral e se estende até 1952, momento em que se dão os primeiros passos para o sistemático desenvolvimento da Geolingüística em território brasileiro. É marcada pela produção de trabalhos voltados para a observação de uma área determinada, buscando descrever os fenômenos que a caracterizam não só do ponto de vista semântico-lexical mas também fonético-fonológico e morfossintático.

Nota-se a existência da preocupação com uma metodologia de abordagem dos fenômenos orientada para o exame da realidade, observada *in loco* e considerada nos seus diferentes aspectos. São, assim, produzidos estudos de caráter monográfico, dos quais ponho em destaque os trabalhos de Amaral, Nascentes e Marroquim, obras iniciais do período que imprimem uma nova ótica ao exame da realidade lingüística brasileira.

Publicado em 1922, *O dialeto caipira* nasceu da preocupação de Amaral com o processo de dialetação do português brasileiro, sobre o qual e até aquela época pouco se sabia ou se tinha escrito. A consciência de tal situação leva-o a assim se expressar na “Introdução” da obra (1953:43):

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialetação, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados.

Estudando uma área do estado de São Paulo, aquela identificada como a falar caipira, Amaral fornece aos que a ele sucederem no tempo e no campo da investigação dialetal, a fundamentação para um trabalho sério. Chama a atenção para a necessidade de ‘*observadores imparciais, pacientes e metódicos*’, capazes de assumir uma postura metodológica que os levasse à observância da realidade *in loco*, eliminando ‘*por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente*’ (1953:43). Enfeixa as suas idéias com uma preocupação, ao mesmo tempo desejo, de que se venham a realizar estudos regionais, executados com os mesmos critérios de rigidez metodológica de que se utilizou pois, conclui (1953:44):

Só assim se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialeto, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um.

Dois anos depois, publica Antenor Nascentes *O linguajar carioca em 1922*, obra que a partir da segunda edição passa a chamar-se simplesmente *O linguajar carioca*.

O Autor preocupa-se, inicialmente, em definir o que entende por *falar brasileiro* e procurar situar o linguajar carioca no conjunto desses falares.

Imbuído da importância do conhecimento dos casos de patologia lingüística, muito à moda, além-mar, naquela época, mostra a relevância do conhecimento dos dialetos e chega a emitir uma decisiva opinião (1953:14):

São do mais alto valor científico os casos de patologia lingüística apresentados pelos dialetos; têm mais importância do que as questiúnculas fúteis sobre colocações de pronomes e outros assuntos.

Discutindo, ainda, o processo de dialeção do português do Brasil, apresenta uma divisão dos falares brasileiros (MAPA 1) a que declara ter chegado depois de haver realizado ‘*o ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Recife a Cuiabá*’ (1953:24). Essa divisão, primeira a ser proposta em base estritamente lingüística, é a única de que, até o presente, dispomos. A ausência de dados descritivos e em nível nacional sobre o português do Brasil impossibilita testar, com base em dados atuais, os limites que estabelece. Nada obstante, respaldada nos dados que o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* e o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* oferecem, Cardoso (1986) examinou a realidade dessa área no que se refere à realização das vogais médias pretônicas – um dos fatos tomados por Nascentes como parâmetro para a sua divisão – e os limites a que chegou coincidem com os traçados por Nascentes em 1922. Essa constatação evidencia a pertinência, ainda hoje, dos limites estabelecidos por Nascentes, pelo menos no que se refere a essa área considerada.

A obra de Nascentes, além da contribuição específica que traz para o conhecimento do dialeto carioca ao estudar aspectos da fonética, morfologia, sintaxe e léxico, destaca-se pela proposta, primeira, de divisão dialetal do Brasil que apresenta.

Completando essa tríade está Mário Marroquim com *A língua do Nordeste*, publicada em 1934. Tomado de interesse pelos estudos dialetais e preocupado com a raridade de publicações sobre essa temática, diz muito enfaticamente no primeiro capítulo da sua obra (1996:9):

Não está ainda feito o estudo do dialeto brasileiro. A enorme extensão geográfica em que o português é falado no Brasil dá a cada região peculiaridade e modismos desconhecidos nas outras, e exige, antes da obra integral que se fixe e defina nossa diferenciação dialetal, trabalhos parcelados, feitos com critério e honestidade, sobre cada zona do país.

E procura, ele próprio, responder a esse apelo produzindo o circunstanciado estudo sobre a língua de Alagoas e Pernambuco, área sobre a qual se debruça. Aparecida em 1934, *A língua do Nordeste* constitui-se no volume XXV da Coleção Brasileira, série V, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, editada pela Companhia Editora Nacional. Essa edição inicia-se diretamente com o primeiro capítulo, não tendo prefácio nem apresentação. A segunda edição, em 1945, da mesma coleção e editora traz um prefácio de Gilberto Freire que não exagera ao afirmar (1996:6):

Aqui está um livro que, sendo de filólogo, não se perde em bisantinismos de gramatiquice, esquecendo o sentimento humano, a significação psicológica, o interesse histórico dos problemas oferecidos ou sugeridos pelas particularidades regionais de um idioma.

Recentemente, por ocasião do seu centenário de nascimento ocorrido em 1966, fez-se uma terceira edição, no momento em que se encontram estimulados os estudos sobre a variação espacial do português brasileiro.

Às três obras postas em destaque, reúnem-se outras que caracterizam essa segunda fase, as quais se distribuem, segunda o enfoque que as domina, em quatro grupos diferenciados.

No primeiro grupo estão léxicos e glossários regionais que continuam a ser produzidos e dão, em conseqüência, continuidade ao que predominou na fase anterior, como ilustram as obras: *Vocabulário gaúcho*, 1926, de Roque Callage; *Dicionário dos animais do Brasil*, 1931, de Rodolfo von Ihering; *Vocabulário do Nordeste do Rio Grande do Sul - Linguagem dos praieiros*, 1933, de Dante de Laytano; *O vocabulário pernambucano*, 1937, de Pereira da Costa; *Vocabulário amazonense*, 1939, de Alfredo da Maia.

No segundo grupo encontram-se obras de caráter geral que analisam as questões numa perspectiva mais ampla e globalizante, como o fazem: *O ritmo da língua nacional*, 1926, de Álvaro Maia; *O português do Brasil*, 1937, de Renato Mendonça; *O problema da língua brasileira*, 1940, de Sílvio Elia; *A língua do Brasil*, 1946, de Gladstone Chaves de Melo.

Integrando um terceiro grupo estão estudos de caráter regional, abordando, particularmente, aspectos de uma área geográfica e fenômenos específicos de uma dada região. Inscrevem-se nesse grupo, além das já postas

em destaque, obras como: *A linguagem dos cantadores*, 1933, de Clóvis Monteiro; *O falar mineiro*, 1938, e *Estudos de dialectologia portuguesa. A linguagem de Goiás*, 1944, de José Aparecido Teixeira; *A linguagem popular da Bahia*, 1951, de Edison Carneiro.

Por fim, vêm a constituir uma quarta vertente de interesses dialetais nessa segunda fase, os estudos específicos sobre a contribuição africana, dentre os quais citam-se: *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, 1933, de Jacques Raimundo; *A influência africana no português do Brasil*, 1933, de Renato Mendonça; *Os africanismos no dialeto gaúcho*, 1936, de Dante de Laytano.

Figura de destaque no que se identifica como a terceira fase dos estudos dialetais no Brasil, Serafim da Silva Neto se faz presente, nesse período, com uma produção da qual se destacam a *Diferenciação e unificação do português do Brasil* e *Capítulos da história da língua portuguesa falada no Brasil*, publicados em 1946 e, posteriormente, em 1950, reunidos na *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*.

1.3. Terceira Fase

Tem como marco um ato do governo brasileiro, o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, que, ao definir as finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, que vinha de ser criada, assentava como a principal delas a elaboração do atlas lingüístico do Brasil. Essa prioridade é retomada pela Portaria 536, de 26 de maio do mesmo ano, que, ao baixar instruções referentes à regulamentação do Decreto, põe ênfase na elaboração do atlas lingüístico do Brasil.

Posta na letra da lei, não bastaria isso para que se viesse, de fato, a ter um outro momento na história dos estudos dialetais no Brasil. Era necessário que uma nova visão se introduzisse na abordagem dos fenômenos da variação lingüística no país. E isso aconteceu graças ao trabalho de figuras pioneiras, das quais destaco Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi, que se empenharam na implantação de um novo momento para a Dialectologia brasileira: o início dos estudos de geografia lingüística.

Antenor Nascentes publica as *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*, obra em dois volumes saídos o primeiro em 1952 e o segundo em 1961, na qual estabelece, como o próprio nome sugere, passos

fundamentais para o início do trabalho nesse campo. Discute, na pequena introdução, as vantagens de um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, mas reconhece a impossibilidade de sua concretização nesses termos entre nós, argumentando com a vastidão do nosso território e a dificuldade de acesso aos diferentes pontos.

Defensor da criação de ‘*uma mentalidade dialetológica*’ (1957:9), exortação com que abre a “Introdução” do seu *Guia para estudos dialectológicos*, Serafim da Silva Neto pugnou, a cada momento, pela necessidade e pela urgência de se estudarem os falares brasileiros. Nesse sentido, sugeriu que as Faculdades de Filosofia — leia-se hoje Institutos/Faculdades de Letras — realizassem a cada ano um curso de Dialectologia Brasileira e procurou definir com muita clareza as tarefas que considerava urgentes para a concretização dos estudos dialetais no Brasil. Chegou a estabelecer no seu *Guia* (1957: 11) um rol delas, assim identificadas:

- a) sondagens preliminares, criação de ambiente, difusão do método;
- b) recolha de vocabulários com todas as exigências técnicas;
- c) monografias etnográfico-lingüísticas sobre determinadas “esferas semânticas”;
- d) monografias etnográfico-lingüísticas sobre falares;
- e) atlas regionais;
- f) inquérito nacional feito com questionário uniforme e distribuição geográfica dos materiais recolhidos, em mapas (*Atlas Nacional*).

Foi um grande incentivador da realização do atlas lingüístico do Brasil sem deixar, porém, de enfatizar a importância dos estudos dialetais nas suas diferentes manifestações.

Preocupado com as questões relativas a uma política de conhecimento da língua portuguesa, Celso Cunha tinha presente a necessidade de empreender-se a execução do atlas lingüístico do Brasil, reconhecendo, porém, que a impraticabilidade de realização de um atlas nacional indicava o caminho de construção de atlas regionais. Essa é a posição que assume, juntamente com Serafim da Silva Neto, em 1957, por ocasião do III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa.

O primeiro passo concreto, no campo da Geolingüística, vem a ser dado por Nelson Rossi que publica, em 1963, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Ao caracterizar o âmbito da Dialectologia, a cujo estudo se dedicou

intensamente, Rossi chama a atenção para a natureza eminentemente ‘contextual’ de que se reveste ao afirmar (1967:89) que:

Convirá, porém, nunca esquecer que a dialectologia é essencialmente contextual: o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente – ainda que por ausência – em outro ponto ou outra área.

Inicia Rossi a sua empreitada dialetológica na Bahia, tornando-se pioneiro na aplicação da geografia lingüística no Brasil e colocando-se entre os que, com maior rigor científico e precisão metodológica, se empenharam na implantação dos estudos dialetais.

A terceira fase da história dos estudos dialetais tem, assim, como marca identificadora o início dos estudos sistemáticos no campo da geografia lingüística, objeto de maiores considerações no item que se segue. Não ficam, porém, ausentes desse período estudos de natureza teórica, a produção de léxicos regionais e de glossários, bem como a elaboração de monografias sobre regiões diversas. O levantamento de teses de doutorado e de dissertações de mestrado produzidas no período de 50 anos – 1939 a 1989 — aponta um número considerável de trabalhos no campo da Dialectologia, como se pode ver da consulta à *Bibliografia indexada de dissertações e teses de Letras e Lingüística defendidas em universidades brasileira*, organizada por Ulf Gregor Baranow e publicada em 1990 sob o patrocínio da ANPOLL-Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. São apresentados 1.589 trabalhos entre teses de doutorado e dissertações de mestrado na área dos estudos lingüísticos, dos quais 98 se debruçam sobre aspectos dialetais nos seus mais diferenciados enfoques. Não cabe enumerar todas elas, mas convém assinalar que recobrem o país, parafraseando Nascentes, do Oiapoque ao Chuí, pois há trabalhos produzidos sobre, pelo menos, áreas de dezenove estados brasileiros, começando pelo Pará e chegando ao Rio Grande do Sul.

Postas estas linhas gerais da história dos estudos dialetais no Brasil, procuro, no item que segue, examinar a produção no campo da geografia lingüística, especificamente no que se refere à realização de atlas lingüísticos.

2. A Geolingüística no Brasil

Nas *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil* (1958:7), Nascentes dá um conselho que é oportuno lembrar. Diz o dialetólogo:

Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se à elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los no atlas geral.

Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto...

O reconhecimento das dificuldades advindas sobretudo da extensão territorial do país e da precariedade das vias de comunicação determinaram a opção inicial dos estudos geolingüísticos no Brasil: empreender-se o trabalho começando pelos atlas regionais. Sintetizando os passos que viabilizaram a efetivação desse desiderato, Ferreira (1995:256) aponta, de forma precisa, três momentos significativos para a aplicação do método da geografia lingüística em nosso país. Diz a Autora:

em 1952, o Centro de Pesquisa Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro...determinou 'como de finalidade principal a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil';

*em 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha concluem pela impraticabilidade de **um** atlas nacional devido à amplitude territorial do país mas defendem a elaboração dos atlas lingüísticos regionais, que consideram essenciais para o conhecimento do português do Brasil;*

em 1958, Antenor Nascentes, então membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, publica as Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil, mas entende da dificuldade de elaborá-lo e adota o princípio de que sejam feitos atlas por região.

Aceito o conselho e criadas as condições, passa a se desenvolver um trabalho gradativo de mapeamento lingüístico do país que, hoje, recobre cinco estados com atlas publicados e seis outros com atlas em andamento, além do projeto mais amplo do atlas lingüístico do Brasil, que ora se inicia e cujos detalhes serão expostos na parte final deste artigo.

A Geolingüística conta, atualmente, no Brasil, com a descrição de uma

área já considerável que vai da região Sul, com o Paraná, à região Sudeste, com Minas Gerais, expandindo-se até a região Nordeste com a Bahia, Sergipe e a Paraíba (MAPA 2). Desses atlas publicados passo a fazer um breve informe, ao qual se seguirá a notícia sobre os atlas em andamento.

O primeiro atlas lingüístico produzido em terras brasileiras, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, tem como autor Nelson Rossi e co-autoras Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee e foi feito e publicado entre 1960 e 1963. Recobre todo o Estado da Bahia, com uma rede de 50 localidades, que se distribuem pela diferentes áreas geográficas e culturais, treze das quais coincidentes com os pontos, num total de 30, sugeridos por Nascentes nas suas *Bases*.

O *questionário lingüístico* usado nas localidades da Bahia é de pouca extensão e tem um total de 179 perguntas (numeradas de 1 a 164, mas com algumas delas desdobradas em **a**, **b** e **c**), selecionadas a partir de material recolhido anteriormente em 4 localidades, onde foi aplicado um questionário experimental de cerca de 3600 itens. As perguntas que compuseram o Extrato de Questionário do *APFB*, agrupadas por área semântica, foram aplicadas mediante a formulação indireta, todavia introduziu-se, na investigação de campo, um comportamento metodológico não usual em trabalhos dessa natureza. Após a aplicação integral do questionário, não ouvidas certas respostas e já familiarizados, como estavam todos os inquiridores, com tais expressões regionais obtidas em outras áreas quanto da aplicação do questionário amplo de caráter experimental, perguntou-se diretamente ao informante se ele conhecia a expressão em questão. Fosse qual fosse a resposta, esse dado foi controlado e a resposta dada através do que se convencionou chamar de teste de identificação direta foi cartografada ou não, a depender da caracterização fornecida pelo informante.

Nos inquiridos para o *APFB* as respostas foram anotadas imediatamente, após ouvidas do informante, em transcrição fonética, usando-se, assim, o método direto, pela dificuldade de contar, àquela altura, com gravadores portáteis e com autonomia de corrente.

Os informantes, em número de 100, contemplam ambos os sexos, e se encontram assim distribuídos: ao primeiro ponto inquirido, que tem no atlas o número 5, compareceram todos os inquiridores que trabalharam com 6 informantes, aos pares; dois pontos tiveram 3 informantes, 41 pontos, 2 informantes e 6 apenas 1 informante.

Os inquiridores do APFB, além do seu coordenador Nelson Rossi, foram 8 licenciadas recém-formadas que, ainda como estudantes, tiveram ampla formação, não apenas teórica mas também prática em Dialectologia e no método da Geolingüística. São elas inquiridoras e também colaboradoras do APFB pois participam, em grau distinto, das etapas posteriores de análise de dados e elaboração das cartas.

O atlas constitui-se de um conjunto de 209 cartas, assim distribuídas: 198 cartas lingüísticas, 44 das quais são resumos das cartas fonéticas, e 11 cartas introdutórias que fornecem dados complementares de caráter geral. As cartas lingüísticas vêm acompanhadas de notas (MAPA 3) que contêm ou o discurso dos autores ou o discurso dos informantes, estas últimas, sem dúvida, as mais importantes pois ampliam os dados lingüísticos não apenas no nível do léxico ou da fonética mas também da morfossintaxe, e transmitem melhor o ambiente cultural em que vive o informante. A título de ilustração, cito algumas das notas que retratam a fala do informante:

Ponto 56, inf. B (ALS)

“ela [referia-se à sela de mulher] é do jeito de uma bacia, fica dum lado, uma parte...um lado aberto, e agora a outra parte é dum jeito de uma bacia porque as mulher se mete ali dentro e agora ela [isto é, a sela] tem uma cabeça na frente, tem uma galha para se segurar. E o homem monta escanchado e a mulher só monta de banda, quer dizer que fica ali dentro, porque está sentada numa bacia.”

Ponto 49, informante único (APFB)

“moveu é palavra do tempo do jebe-jebe [isto é, antigo], agora mudou, não tem esse nome mais, não, é aborto.”

Ponto 8, inf. A (APFB)

“chamava antes luneta mas agora que ficou sabida chama óculos”.

O APFB ao lado dos dados estritamente lingüísticos traz nas suas cartas dados etnográficos, muitos deles acompanhados de ilustrações de objetos segundo a descrição que apresentavam os informantes ou pela exibição que deles faziam. (MAPA 3).

Embora, por dificuldade de financiamento, publicado somente em 1987, o *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)* quanto à recolha de dados e preparação

de cartas se segue imediatamente ao *APFB* e tem os seus originais prontos para impressão desde 1973. Foi executado pelo grupo de pesquisadores da Bahia, tendo como autores Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi. A escolha do Estado de Sergipe para dar prosseguimento ao trabalho feito na Bahia deve-se à continuidade geográfica, à maior facilidade de acesso, pois foi realizado pela mesma equipe de pesquisadores do *APFB*, e ao fato de estar incluído na área do “falar baiano”, segundo a divisão de Nascentes.

O *ALS* dá mais alguns passos à frente na metodologia adotada no *APFB*, a saber:

- a) Aplicação de *inquéritos preliminares*, gravados, nas 15 localidades que constituíram a rede de pontos. Esses inquéritos foram realizados por estudantes que concluíram os seus cursos de graduação em 1963 e 1964, com acompanhamento dos professores.
- b) Maior amplitude do questionário definitivo em relação ao aplicado na Bahia: com cerca de 700 perguntas, nele incluídas as que compõem o Extrato de Questionário da Bahia, acrescidas de outras que os inquéritos preliminares em Sergipe sugeriram.
- c) Formulação por escrito, no próprio questionário, da maneira de perguntar-se sobre o item, com o objetivo – alcançado – de garantir maior homogeneidade nos inquéritos, eliminando-se, assim, possíveis dificuldades no momento da exegese.

Os inquéritos definitivos foram realizados em 1966 e 1967 e perfazem um total de 150 horas de gravação. Desse material foi examinada, prioritariamente, a parte correspondente às cartas do *APFB* do que resultou um conjunto de 171 cartas lingüísticas, sendo 12 duplas – as cartas Bahia-Sergipe —, pois conjugam aos dados recolhidos em Sergipe os da Bahia que não foram cartografados no *APFB* (MAPA 4). O restante do material colhido em campo, ainda inédito, está sendo trabalhado por Suzana Cardoso para se constituir no volume II do *ALS*.

Os atlas da Bahia e de Sergipe, como resumidamente aqui se procurou mostrar, seguiram uma mesma orientação, com modificações em Sergipe que refletem avanços nos passos metodológicos. Com eles passa-se a ter uma visão, de certo modo extensa, do que se constitui a área dos “falares baianos”, visão essa que se torna mais ampla se conjugada ao que se registra ao Norte de Minas Gerais, também área dos “falares baianos”, segundo os dados que

se apresentam no *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*.

Publicado em 1977 e tendo como autores José Ribeiro, Mário Zágari, José Passini e Antônio Gaio, o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, volume I, foi concebido em quatro volumes dos quais se publicou o primeiro, estando os demais no prelo, com previsão de saída para 1997.

A metodologia seguida utilizou-se de inquéritos aplicados diretamente nos pontos selecionados e de inquéritos por correspondência. Os primeiros foram realizados em 116 municípios e a pesquisa por correspondência, quando se publicou o volume I, já havia atingido 302 localidades que responderam a questões cuja finalidade era comprovar, no domínio do léxico, a validade ou não de isoléxicas traçadas a partir de dados colhidos diretamente.

O volume I do *EALMG* constitui-se de 73 cartas, quarenta e cinco das quais são cartas onomasiológicas, com dados exclusivamente lexicais ou léxico-fonéticos, recobrando as áreas semânticas “tempo” e “folguedos infantis”, e as demais fornecem isófonas e isoléxicas de fenômenos destacados (CARTA 5).

Os volumes que se encontram no prelo ampliam consideravelmente os dados sobre o Estado de Minas Gerais e estabelecem uma área de confronto mais ampla com o que se registra no *APFB*, permitindo, assim, a observação mais aprofundada das questões relativas ao “falar baiano” e à demarcação de limites entre os por Nascentes denominados “falares do Norte” e “falares do Sul”.

O *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPb)* de autoria de Maria do Socorro Silva e Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes, está concebido em três volumes dos quais os dois primeiros foram editados em 1984.

Constituem pontos do atlas vinte e cinco municípios, escolhidos como base, e mais três outros, considerados municípios-satélites, para cada uma das localidades inquiridas que servem como instrumento de controle dos dados registrados e por isso não figuram nas cartas.

Em cada localidade foram inquiridos um mínimo de três informantes e um máximo de dez, todos eles com idade compreendida entre 30 e 75 anos. O questionário aplicado compõe-se de duas partes: uma geral, com duzentas e

oitenta e nove perguntas, e outra específica, com quinhentas e oitenta e oito questões.

O *ALPb* apresenta no seu vol. I um conjunto de cartas lexicais e/ou fonéticas num total de 149, precedidas da parte introdutória referente à metodologia (CARTA 6).

Enfeixando o conjunto de atlas publicados está o *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPr)*, de autoria de Vanderci de Andrade Aguilera, apresentado inicialmente como Tese de Doutorado, em 1990, e depois publicado em 1994, em dois volumes.

No primeiro volume vem exposta a metodologia seguida, a descrição das localidades, a caracterização dos informantes, apresentação das cartas e glossário das formas cartografadas e registradas em notas às cartas. No segundo volume está o conjunto de cartas lingüísticas, num total de 191 cartas, das quais 92 são lexicais, 70 fonéticas e 29 oferecem traçados de isoglossas (CARTA 7).

Foram pesquisadas 65 localidades distribuídas por todo o Estado do Paraná e ouvidos 2 informantes em cada ponto da rede, com idade variando entre 30 e 60 anos.

Aguilera teve a louvável preocupação de ampliar as possibilidades de uma análise comparativa dos dados do *ALPr* com os dos atlas já publicados e, em função disso, introduz, no questionário de que se utiliza, perguntas comuns aos outros atlas do que resultou a apresentação de cartas coincidentes com as dos demais.

Ao lado desses cinco atlas publicados, estão em curso seis outros que se encontram em diferenciados estágios de elaboração.

O Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul, coordenado por Walter Koch, com a colaboração de Mário Klassmann, José Luiz Mercer, Oswaldo Furlan e Hilda Vieira é, dentre esses, o que se encontra em estágio mais adiantado, devendo ter os seus primeiros volumes publicados no curso de 1997. Recobre os três estados extremos do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, coordenado inicialmente por Celso Cunha, tem, atualmente, a direção de Sílvia

Brandão, contando com a participação de Maria Emília Barcelos da Silva e Edila Viana da Silva.

Com a fase de recolha de dados já concluída estão o Atlas Lingüístico de São Paulo, dirigido por Pedro Caruso, com a participação de Brian Head, Vandarsi Santana e Harumi Pisciota, e o Atlas Lingüístico do Ceará, coordenado por José Rogério Bessa.

Em processo inicial encontram-se o Atlas Lingüístico do Acre, sob a coordenação de Luiza Galvão Lessa, e o Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul, coordenado por Albana Xavier Nogueira e Dercir Pedro de Oliveira.

Enfeixando esse conjunto, situa-se o Atlas Lingüístico do Brasil, projeto de construção de um atlas nacional, em fase de implantação, do qual se dará informação pormenorizada no item final deste trabalho.

O panorama que oferecem os atlas publicados e os em curso mostra o desenvolvimento que vem tendo a Geolingüística no Brasil, nesta segunda metade do século e a partir da publicação do *APFB*. Há, como se pode observar no MAPA 2, uma vasta área do território nacional retratada em cartas lingüísticas, com dados postos para análise, oferecendo a possibilidade de identificação de possíveis limites geolingüísticos. Com base em tais dados, numerosos trabalhos têm sido publicados em revistas especializadas ou apresentados em reuniões científicas e alguns ensaios de identificação de áreas dialetais vêm sendo possíveis, como se pode ilustrar com Head (1996); Mota & Rollemberg (1995); Cardoso (1986; 1993; 1996).

3. O Atlas Lingüístico do Brasil

Retomando a idéia de um atlas lingüístico do Brasil, lançada em 1952, pesquisadores da área de Dialectologia reúnem-se em Salvador, Bahia, em novembro de 1996, no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil* e assumem esse desafio. Nesses três dias de discussão em que foram abordadas temáticas referentes a uma política geolingüística para o Brasil e a questões metodológicas em geral, ficou também acertada a criação de um Comitê Nacional que, a partir daquele momento, se encarregaria de dar curso às decisões do encontro e implementar o projeto nacional para execução do atlas lingüístico do Brasil, constituído com representantes de cada um dos atlas publicados e com um representante dos atlas em curso. Integram, assim, o Comitê Jacyra Mota, Maria do Socorro Aragão, Mário

Zágari, Suzana Alice Marcelino Cardoso, Vanderci Aguilera e Walter Koch.

Com esse Projeto dá-se curso ao desejo de realização do atlas lingüístico nacional e defende-se uma política de integração e coordenação do trabalho no campo da Geolingüística com vistas a se alcançar o objetivo final da produção de um atlas geral do Brasil.

O quadro histórico-social do país, hoje, e a necessidade do conhecimento sistemático e geral da realidade lingüística brasileira, necessário sobretudo à difusão de um ensino adequado ao caráter pluricultural do Brasil, estão a exigir, sem mais demora, um esforço coletivo na tentativa de se desenvolverem estudos mais amplos que levem a esse conhecimento global que se afigura tarefa da Dialectologia brasileira, nesse final de milênio, a se concretizar, fundamentalmente, com a realização do atlas lingüístico geral do Brasil.

Situações, fatos e dados lingüísticos e extralingüísticos justificam a deliberação de fazer-se um atlas lingüístico. O percurso histórico dos estudos sobre o português estão a cobrar esse passo. E, tudo indica, parece ter chegado a hora. Razões de ordem lingüística *stricto sensu*, de ordem social, de ordem histórica, e ainda relacionadas à política de ensino da língua materna e à própria política de entendimento da diversidade de usos do português parecem, de forma resumida, constituírem-se na justificativa do que se propõe.

Em se tratando do nosso país, a inexistência de dados que apontem, de maneira ampla e geral, as características do português no território nacional apresenta-se como primeira razão. Os estudos dialetais que se iniciaram no século passado, voltados principalmente para a identificação das diferenças lexicais, e as abordagens da primeira metade deste século, com estudos de natureza monográfica e recobrando toda uma área, têm funcionado como sondagens iniciais, explorações prévias que esboçam características e denotam traços particulares de áreas e regiões.

O quadro atual demonstra que há uma preocupação, de certo modo nacional, com a geografia lingüística no Brasil e afigura-se como o prenúncio da vontade ainda não formalmente manifesta, talvez, mas sentida, por certo, de que é urgente uma descrição acurada da realidade lingüística brasileira para que se alcance o pleno conhecimento do português do Brasil.

Se por um lado já se dispõe de estudos preliminares, passíveis de instrumentar um trabalho maior, por outro, ainda se padece da ausência de dados lingüísticos que permitam traçar uma divisão dialetal do Brasil apesar de contar-se com a já referida divisão proposta por Nascentes (1953),

fundamentada na realização das médias pretônicas e na entoação.

Um segundo fator está a apontar para a necessidade de um atlas do Brasil. É preciso ter-se a multidimensionalidade da língua no país não apenas para efeito de precisar e demarcar espaços geolingüísticos, mas para que se possa também contribuir de forma direta para um melhor equacionamento entre a realidade de cada área e o ensino da língua materna que nela se processa.

A implantação e desenvolvimento do Projeto se constituirá em substancial contribuição para o entendimento da língua e de suas variantes, eliminando visões distorcidas que privilegiam uma variante tida como culta e estigmatizam as demais variantes, causando, assim, ao ensino-aprendizagem da língua materna consideráveis prejuízos.

Em resumo, o conhecimento sistemático da variação, a delimitação de áreas lingüísticas específicas e a relação entre os diferenciados usos que se faz da língua constituem-se num benefício de cunho social.

Admitindo-se ter chegado a hora do atlas lingüístico do Brasil, como de fato se reconhece, uma preliminar se faz necessário assentar: os atlas regionais, publicados, em curso ou no desiderato de grupos de pesquisa, não interferem na proposta de elaboração de um atlas geral do Brasil. Ao contrário, servem de apoio e devem continuar a ser executados porque têm por finalidade um conhecimento mais detalhado e circunstanciado de cada região.

Os objetivos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil podem ser, assim, resumidamente definidos:

1. Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolingüística.

2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o 1º e 2º graus, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.

3. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados

em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.

4. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento — história, sociologia, antropologia, etc. — de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.

5. Oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um imenso volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.

6. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso mas dotado de uma unidade sistêmica.

O Comitê Nacional realizou a sua primeira reunião em Maceió, nos dias 11 e 12 de março/97 e uma segunda reunião em julho/97, em Belo Horizonte, nos dias 13 e 14, quando foram definidas questões metodológicas e concluído o projeto amplo a ser encaminhado a organismos financiadores da pesquisa em nosso país.

No que se refere à rede de pontos, foram selecionadas 235 localidades, distribuídas por todo o território nacional, levando-se em consideração a extensão de cada região, os aspectos demográficos, culturais, históricos e a natureza do processo de povoamento da área, restando, ainda, quinze pontos a serem definidos em função do que as observações *in loco* venham a sugerir e justificar. Foram, ainda, consideradas questões referentes aos limites internos e internacionais e analisados os pontos sugeridos por Nascentes os quais, reconhecida a pertinência, foram mantidos. A idéia é de que não se ultrapasse o número de 250 pontos. O Quadro ALiB-Rede de pontos fornece uma visão global da distribuição da rede de localidades.

ALIB - REDE DE PUNTOS - Distribuição por região

1. Região Norte

ESTADO	DENSIDADE	Nº DE PONTOS
RONDÔNIA	1.6	02
ACRE	0.8	02
AMAZONAS	3.8	05
RO RAIMA	0.4	01
PARÁ	8.0	09
AMAPÁ	0.6	02
LUCANILINS	1.7	02
TOTAL	16.9	23

2. Região Nordeste

ESTADO	DENSIDADE	Nº DE PONTOS
MARANHÃO	8.0	08
PIAUÍ	4.1	04
CEARÁ	11.0	11
RIO GRANDE DO NORTE	3.9	04
PARAÍBA	5.2	05
PERNAMBUCO	11.5	11
ALAGOAS	4.0	04
SERGIPE	2.7	03
BAHIA	19.2	21
TOTAL	69.6	71

3. Região Sudeste

ESTADO	DENSIDADE	Nº DE PONTOS
MINAS GERAIS	27.0	22
ESPIRITO SANTO	4.5	05
RIO DE JANEIRO	22.0	13
SÃO PAULO	55.0	39
TOTAL	108.5	79

4. Região Sul

ESTADO	DENSIDADE	Nº DE PONTOS
PARANÁ	14.5	16
SANTA CATARINA	7.8	09
RIO GRANDE DO SUL	15.5	16
TOTAL	37.8	41

5. Região Centro-Oeste

ESTADO	DENSIDADE	Nº DE PONTOS
MATO GROSSO DO SUL	3.2	5
MATO GROSSO	3.6	7
GOIÁS	7.2	9
DISTRITO FEDERAL	3.0	0

Quanto aos informantes, ficou fixado o número de quatro por localidade, distribuídos equitativamente por duas faixas etárias – de 18 a 30 anos e de 45

a 70 anos – e contemplando os dois sexos. Quanto à escolaridade, devem ser alfabetizados, tendo cursado, no máximo, até a quarta série do primeiro grau e possuidores de uma profissão definida, que não requeira grande mobilidade e que se encontre inserida no contexto social local. Por fim, os informantes além da condição primeira de terem nascido na localidade em questão, devem, preferentemente, ser filhos de pais da região lingüística em estudo, excetuando-se os casos de cidade muito novas.

De referência ao questionário lingüístico, deliberou-se pela aplicação de quatro tipos de questionário direcionados, especificamente, cada um deles para os aspectos semântico-lexical, fonético-fonológico, morfossintático e prosódico. Na sua elaboração foram considerados estudos de diferente natureza existentes sobre o português regional do Brasil, os questionários dos atlas já publicados e aqueles disponíveis dos atlas em andamento, e também os questionários do ALiR-Atlas Linguistique Roman e do Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza. Foram, ainda, examinados os resultados cartografados nos atlas nacionais. Para os questionários fonético-fonológico e morfossintático foram selecionados fatos que, a partir dos dados disponíveis, oferecem maior interesse.

O cronograma inicialmente traçado prevê um seminário nacional para treinamento de inquiridores a se realizar em março/98 e admite que em meados desse mesmo ano de 98 venha a ter início a fase de recolha dos dados.

Do ponto de vista da sua estrutura, o Projeto é coordenado por um Comitê Diretor Nacional, conta com Coordenadores regionais e tem ainda um corpo diversificado de assessores.

O trabalho é desafiante, não resta dúvida, basta que se pense nos 8 milhões de quilômetros quadrados desse país-continente a serem enfrentados. Mas, estamos todos convencidos, os que lidamos com a Dialectologia no Brasil, de que a hora do atlas lingüístico geral é chegada. E só nos resta entrar na empreitada e aceitar o desafio!

4. Para Concluir

Neste artigo busquei traçar as linhas gerais dos estudos dialetais no Brasil, dando relevo à produção no campo da Geolingüística. A crescente produção de trabalhos no campo dialetal, o interesse pela realização de atlas regionais e, agora, pela realização do atlas lingüístico do Brasil mostram a vitalidade dos estudos de Dialectologia em nosso país, campo promissor de

análise pelo que oferece de possibilidades para perscrutar-se o *coração* da língua portuguesa no Brasil.

Pode-se concluir este informe pondo em destaque o fato de que a idéia de concretizar-se, neste final de milênio, a realização de um atlas lingüístico geral do Brasil no que toca à língua portuguesa, tem sido não só muito bem recebida, principalmente entre os pesquisadores das ciências da linguagem, como também tem-se afigurado como uma das formas de possibilitar-se o efetivo conhecimento da realidade lingüística do Brasil, no que tange ao seu lado português-brasileiro que instrumentará, sem dúvida, muitas ações sobretudo no campo do ensino-aprendizagem da língua materna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, V. de A. (1994) *Atlas lingüístico do Paraná*. São Paulo: Assis.
- ARAGÃO, M. do S. & C. B. de MENEZES (1984) *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial.
- ARGOTE, D. J. C. de (1725) *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina*. 2ªed. Lisboa.
- BARBOSA, J. S. (1830) *Grammatica Philosophica*. Lisboa.
- CARDOSO, S. A. M. (1986) Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil). *Estudos: Lingüísticos e Literários*, 5: 47-59.
- _____. (1993) Áreas dialetais no português do Brasil: [t^s] no decurso *it. ABRALIN. Boletim* 14: 301-312.
- _____. (1996) Para uma delimitação de áreas dialetais no Brasil. *Atas*. I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística. Universidade Federal da Bahia, 11 a 16 setembro 1994. Jacyrá Mota e Vera Rollemberg (orgs.) Salvador: ABRALIN: FINEP: UFBA, 1996. 1: 181-186.
- CARMELO, Frei L. do M. (1767) *Compêndio de Orthographia*. Lisboa.
- FERREIRA, C. (1995) A Geografia Lingüística no Brasil. *D.E.L.T.A.*, 11, n.º: 255-277.
- FERREIRA Carlota & S. CARDOSO (1984) *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- FERREIRA, C.; J. FREITAS; J. MOTA; N. ANDRADE; S. CARDOSO; V. ROLLEMBERG & N. ROSSI (1987) *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.
- HEAD, B. F. (1996) Os Parâmetros da Variação Dialectal no Português do Brasil. In: I. DUARTE & I. LEIRIA (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa, Portugal, junho 1996: 141-165.
- MOTA, J. & V. ROLLEMBERG (1995) Constrictivas implosivas em área nordestina.

Estudos: lingüísticos e literários 17: 79-86.

NASCENTES, A. (1953) *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões.

____ (1958, 1961) *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. **I e II**.

RIBEIRO, J., M. R. L. ZÁGARI, J. PASSINI & A. P. GAIO (1977) *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Casa de Rui Barbosa - Universidade Federal de Juiz de Fora.

ROSSI, N. (1967) *A dialectologia*. *ALFA*, **11**: 89-116.

ROSSI, N., C. FERREIRA & D. ISENSEE (1963) *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro.

SILVA NETO, S. da (1957) *Guia para os estudos dialectológicos*. Belém.